

**ENAN
PUR 2023**

Belém 22 a 26 de maio



Apropriação tecnológica para o planejamento insurgente: transgressão e luta na Pedra de Xangô - Salvador/BA¹

Flávio Carvalho Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR/UFRJ

Lalita Kraus

Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR/UFRJ

Maria Alice Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia - PPGAU/UFBA

Sessão Temática 7: [Socio] tecnologia para o planejamento urbano e regional

Resumo. Este texto busca utilizar os conceitos de apropriação social da tecnologia e planejamento insurgente para compreender como o uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) têm desafiado, renovado e incrementado as táticas de resistência social urbana. Para apontar como tais tecnologias podem contribuir para ações contra-hegemônicas é feita uma aproximação com o caso do movimento em defesa da Pedra de Xangô, sítio natural sagrado afro-brasileiro, patrimônio cultural, ambiental e geológico da cidade de Salvador, Bahia, cuja paisagem se configura como símbolo de resistência étnico-racial. Neste artigo buscou-se caracterizar os rebatimentos tecnológicos na ação social do movimento da Pedra de Xangô. Através de uma pesquisa qualitativa, será aplicado um modelo de análise que considera tempo, ação e espaço como eixos fundamentais da transgressão insurgente e lugares fecundos de transformação por meio das tecnologias. Como resultados preliminares, o estudo possibilitou identificar evidências da influência do uso do perfil de Instagram da Pedra de Xangô, e de grupos de Whatsapp como meios de fortalecimento e renovação das táticas de planejamento insurgente.

Palavras-chave. Pedra de Xangô; Planejamento insurgente; Apropriação social da tecnologia; Novas tecnologias e planejamento urbano.

Technological appropriation for insurgent planning: transgression and struggle at Pedra de Xangô - Salvador/BA

Abstract. *This article aims to use the concepts of social appropriation of technology and insurgent planning to understand how the use of information and communication technologies (ICTs) has challenged, renewed and increased the tactics of urban social resistance. To point out how such technologies can contribute to counter-hegemonic actions, an approximation is made with the movement in defense of Pedra de Xangô, a sacred Afro-Brazilian natural site, cultural, environmental and geological heritage of the city of Salvador, Bahia, which is a symbol of ethnic-racial resistance. This article seeks to characterize the technological impact on the social action of the Pedra de Xangô movement. Through qualitative research, an analysis model will be applied that considers time, action and space as fundamental axes of insurgent transgression and fertile places of transformation through technologies. As preliminary results, the study made it possible*

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

to identify evidence of the influence of the use of the Instagram profile of Pedra de Xangô, and Whatsapp groups as a means of strengthening and renewing insurgent planning tactics.

Keywords: Pedra de Xangô; Insurgent planning; Social appropriation of technology; New technologies and urban planning.

Apropiación tecnológica para la planificación insurgente: transgresión y lucha en Pedra de Xangô - Salvador/BA

Resumen. *Este texto busca utilizar los conceptos de apropiación social de la tecnología y planificación insurgente para comprender cómo el uso de las tecnologías de la información y la comunicación (TIC) ha desafiado, renovado e incrementado las tácticas de resistencia social urbana. Para señalar cómo tales tecnologías pueden contribuir a acciones contrahegemónicas, se hace una aproximación con el caso del movimiento en defensa de Pedra de Xangô, sitio natural afrobrasileño sagrado, patrimonio cultural, ambiental y geológico de la ciudad de Salvador, Bahia, cuyo paisaje se configura como símbolo de resistencia étnico-racial. Este artículo busca caracterizar el impacto tecnológico en la acción social del movimiento Pedra de Xangô. A través de una investigación cualitativa, se aplicará un modelo de análisis que considere el tiempo, la acción y el espacio como ejes fundamentales de la transgresión insurgente y lugares fértiles de transformación a través de las tecnologías. Como resultados preliminares, el estudio permitió identificar evidencias de la influencia del uso del perfil de Instagram de Pedra de Xangô y de los grupos de Whatsapp como medio de fortalecimiento y renovación de las tácticas de planificación insurgente.*

Palabras clave: Pedra de Xangô; Planificación insurgente; Apropiación social de la tecnología; Nuevas tecnologías y urbanismo.

1. Introdução

O contexto econômico e político neoliberal traz influências fundamentais para o planejamento urbano, que passa a ser hegemonicamente conduzido com a finalidade de transformar as cidades e suas parcelas em produtos competitivos tanto no mercado internacional (atração de recursos, empresas multinacionais e etc.), quanto nacional, regional e local (mais-valor do solo urbano) (FERNANDES, 2013; VAINER, 2000). O modelo de planejamento empresarial e estratégico passa a utilizar táticas como o marketing urbano e a busca pela produtividade para atrair cada vez mais investimentos, visando intensificar o potencial de competitividade entre cidades ao mesmo tempo que dinamiza a economia local. Se uma empresa visa o lucro, a cidade empresa não só reproduz suas ferramentas operacionais, como também subordina seus fins à lógica de mercado, no discurso de que isso reverbera em impactos sociais positivos para as cidades, o que na prática vem sendo denunciado pela literatura crítica (Ibid.) como uma forma de acentuar desigualdades.

Paralela à rede de políticas, ideologias, valores e racionalidades neoliberais, deu-se o desenvolvimento da cibernética, cujo discurso e as capacidades operacionais têm remodelado o planejamento urbano numa perspectiva frequentemente evocada através do termo cidade inteligente, que a partir de uma equivocada ideia de neutralidade tecnológica e modernização constante, constrói uma narrativa poderosa para a renovação de táticas neoliberais. Esse trabalho surge da percepção do encantamento da gestão pública pelo uso de tecnologias digitais, o que tem se manifestado em projetos, programas e políticas públicas como por exemplo os Planos Diretores de Tecnologias da Cidade Inteligente (PDTCI) que prometem o controle integrado da cidade através de soluções tecnológicas. O que na prática vem sendo recorrentemente contingenciado e incorporado como parte da agenda neoliberal através das lógicas dos rankings, das consultorias privadas e principalmente da “neutralidade” incorporada como meio tecnocrático de validar a reprodução dos mesmos problemas sociais de outrora, pouco tem sido estudado no campo do planejamento urbano e regional no Brasil.

É crescente o interesse social, político e acadêmico por modelos urbanos inteligentes que, segundo a narrativa hegemônica, permitiriam superar os desafios impostos por uma urbanização acelerada em defesa de um planejamento e gerenciamento urbano mais sustentável e de um uso mais eficiente de recursos públicos (BID, 2016; BNDES, 2018; CHOURABI et al, 2012). Ao

contrário, estudos críticos questionam a real capacidade de tais modelos promoverem sustentabilidade, qualidade de vida e melhores serviços nas cidades (DUARTE E FIRMINO, 2009; HOLLAND, 2008; GREENFIELD, 2013; VANOLO, 2014; JOSS, ET AL, 2019). Outros estudos abordam a possível reconfiguração tecnocrática baseada na complexidade e no fluxo de dados (KRIVÝ, 2018), o fortalecimento da relação de dependência multinacionais (SÖDERSTRÖM, 2014), a instrumentalização de políticas comparativas como ferramenta de promoção da competição entre cidades (HOLLANDS, 2008), até chegar em ideias como a política do fim da política e a encarnação espacial da sociedade do controle (KRIVÝ, 2018).

Embora falte uma coesão conceitual em torno do sentido de cidade inteligente (ALKANDARI et al., 2012; CHOURABI et al., 2012; HOLLANDS, 2008), o paradigma de smartização, ao se apresentar como intrinsecamente positivo, sustenta-se no predomínio de uma abordagem que interpreta a tecnologia como inegável e indiscutivelmente positiva para a melhoria nos serviços públicos, na qualidade de vida urbana e, em geral, para o desenvolvimento urbano (KRAUS, 2022; VANOLO, 2014). A principal hipótese é que a interpretação tecnológica contribua para tornar hegemônico esse paradigma de desenvolvimento urbano, mascarando a dimensão conflitual do termo, incluindo efeitos socioespaciais negativos da tecnologia (HARVEY, 2018).

Considerando que a aceitação e as forças de determinados modelos urbanos está em parte relacionada com o poder de articulação de um discurso que o apresente como um modelo ideal e de sucesso, conquistando a imaginação pública, consideramos importante mapear as disputas em torno do mesmo, destacando novas experimentações sociais que propõem estratégias contra-hegemônicas de uso da tecnologia. Nesse sentido, destacamos a existência de agenciamentos sociotécnicos que, a partir da vontade de reverter formas de dominação e propor novas formas de estar na cidade e de garantir o direito à cidade, atribuem um uso social à tecnologia (LATOURETTE, 1994; LEFEBVRE, 2001).

Dessa forma, pretendemos contribuir com os estudos críticos que focam na análise de novos paradigmas urbanos relacionados a novos paradigmas tecnológicos. Com a difusão do paradigma smart a cidade se torna, cada vez mais, tecnicamente mediada e o planejamento é redesenhado pela transformação espacial impulsionada por modelos urbanos que apostam na tecnologia. Da mesma forma, a tecnologia se insere e transforma a ação social na cidade, redesenhando as reivindicações e a luta pelo direito à cidade. Dentre as práticas insurgentes podemos citar a criação de plataformas colaborativas para monitorar em tempo real a ocorrência de tiroteios, como no caso do aplicativo Fogo Cruzado, e o uso de aplicativos para a coleta de dados sobre saneamento básico, abastecimento de água e coleta de lixo como no caso do Cocô zap na favela da Maré no Rio de Janeiro.

Mirafteb (2009) identifica iniciativas de planejamento alternativas anti-coloniais, anti-capitalistas e contra-hegemônicas, que ocorrem fora da coordenação do Estado como planejamento insurgente. Esse conceito expande as noções tradicionais de planejamento, incluindo ações de base comunitária, não protagonizadas pelo planejador profissional, como práticas de planejamento legítimas e poderosas nas disputas urbanas. Tal categoria alia táticas como o trânsito entre espaços formais e informais de participação e ação política com ferramentas como a historiografia insurgente (SANDERCOCK, 1998) e as contra-propostas populares ou planos populares (TANAKA, OLIVEIRA, e COLI, 2022), como meio de reconhecimento da cidadania de determinadas comunidades, superação das práticas neoliberais de participação e governança. Na nossa interpretação através deste conceito as supracitadas ações mediadas tecnologicamente (Cocô zap, Fogo Cruzado) podem ser consideradas como ações de planejamento.

Apesar de existir uma ampla bibliografia sobre diferentes práticas de planejamento, ainda existem poucos estudos que analisem o papel da apropriação social da tecnologia para práticas insurgentes. Por isso, neste ensaio buscaremos problematizar como as tecnologias da informação e comunicação vem afetando os processos de transgressão no tempo, espaço e ação em práticas de planejamento insurgente. Para isso, utilizaremos como referência a experiência da Pedra de

Xangô, uma formação rochosa fortemente vinculada à prática religiosa afro-brasileira na região do antigo quilombo do Buraco do Tatu, em Salvador, Bahia.

O monumento e todo o seu entorno ambiental imediato, passaram a sofrer drásticas ameaças e atentados a partir da construção da Avenida Assis Valente em 2005, quando grupos de diversos segmentos da sociedade passam a se unir através de uma rede de defesa da Pedra de Xangô, que após ampla mobilização conquista a sua consolidação como Área de Proteção Ambiental Municipal (2016); patrimônio cultural municipal (2017); patrimônio geológico de relevância nacional (2018) tendo culminado na recente construção do Parque Pedra de Xangô em 2022, recorte histórico que será problematizado neste texto, numa metodologia que inclui análise documental, entrevistas e visitas de campo, além das narrativas dos autores/ativistas que ora participaram das ações realizadas pelo movimento.

Para responder à problematização proposta, o texto está dividido em duas partes. A primeira parte apresenta o referencial teórico proposto para a análise, a partir dos conceitos de planejamento insurgente e apropriação social da tecnologia. A segunda parte aborda o processo histórico de luta para a consolidação do Parque Pedra de Xangô com o intuito de destacar as características de sua prática insurgente mediante o aporte tecnológico.

2. Apropriação tecnológica para práticas insurgentes

Observamos inúmeros projetos que, por intermediação tecnológica, atingem a oferta de bens, serviços e equipamentos urbanos (OLIVEIRA et al, 2022). Muitas dessas iniciativas compõem a agenda de digitalização e smartização das cidades, impulsionada pela acelerada inovação tecnológica, pela necessidade de atrair investimentos nas cidades e pela inclusão da pauta tecnológica na agenda da sustentabilidade. O ponto de partida da nossa reflexão é o reconhecimento que o modelo urbano-tecnológico, assim como é hegemonicamente implementado, legitima-se por um discurso que o apresenta como um modelo ideal de desenvolvimento urbano. Nesse processo, acreditamos que o sentido conferido à tecnologia seja determinante para legitimar, mobilizar e afirmar um ideário urbano centrado no uso de tecnologias digitais.

As inovações tecnológicas são frequentemente apresentadas como aliadas da sustentabilidade, da competição urbana, da qualidade de vida e da melhoria nos serviços públicos, mascarando qualquer contradição inerente ao processo (KRAUS, 2022). Tal interpretação, ao separar o âmbito técnico do âmbito social, não só deixa a tecnologia imune a variáveis sociais, como também a isenta do poder de provocar efeitos sociais nefastos. Assim, desconsiderando consequências sociais e agenciamentos, esvazia-se o sentido conflitivo da tecnologia favorecendo a supremacia técnica. Esse esvaziamento favorece também um sentido conferido à tecnologia fortemente determinista e solucionista, como se a tecnologia fosse um meio indiscutivelmente positivo e uma panaceia para os problemas urbanos. Esse sentido conferido à tecnologia contribui para a construção de consenso em volta de modelos urbanos tecnológicos, tornando-os atrativos e fortalecendo a capacidade de se tornar um discurso disciplinador articulado globalmente (KITCHIN E DODGE, 2011).

Segundo o IPEA (2001), a aceitação e as forças de determinados modelos urbanos está em parte relacionada com o poder de articulação de um discurso que o apresente como um modelo ideal e de sucesso, conquistando a imaginação pública. Por isso, embora existam inúmeros estudos que questionam a existência de uma cidade inteligente ideal assim como hegemonicamente e utopicamente apresentada, a promessa contida em seu discurso ecoa globalmente determinando escolhas econômicas e políticas nas cidades.

Contrariamente à interpretação hegemônica, no presente trabalho adotamos uma abordagem interpretativa que reconhece o caráter socialmente determinado da tecnologia (BIJKER, 2020; DAGNINO, 2002). Isso significa inserir o debate tecnológico-científico na esfera da sociedade, reiterando sua indissociabilidade e a procedência social das interpretações tecnológicas em

disputa. Isso significa dizer que, por um lado, a esfera científico-tecnológica se conforma aos imperativos econômicos, políticos e sociais, internalizando as características fundamentais desse contexto. E, por outro lado, qualquer sistema tecnológico desencadeia complexas mudanças sistêmicas no âmbito social.

Nessa perspectiva, a tecnologia, ao ser interpretada como condensação de funções técnicas e sociais, pode também ser moldada e controlada por grupos sociais, não sendo prerrogativa da coalizão dominante (FEENBERG, 2004). Se existe uma relação mútua de interdependência entre a tecnologia e diferentes grupos sociais, as práticas sociais detêm o poder de alterar a racionalidade técnica dominante. Nesse sentido, a tecnologia é passível de disputas e controle social, já que “onde quer que as relações sociais sejam mediadas pela tecnologia moderna, é possível introduzir controles mais democráticos” (p. 2). Abrir espaço para a democratização da tecnologia significa, portanto, incluir novos valores no design tecnológico e criar arranjos técnicos a partir da sociedade e para a sociedade. O presente trabalho adota, portanto, uma abordagem que apresenta o domínio científico-tecnológico como campo de disputa, incluindo práticas de apropriação social da tecnologia para táticas de resistência social. Nesse sentido, reconhecemos que a tecnologia pode se tornar aliada de práticas insurgentes no contexto urbano.

Por um lado, como apontado anteriormente, o uso de tecnologias em planejamento não necessariamente representa um avanço para a redução das desigualdades e a garantia do direito à cidade. Considerando que o neoliberalismo atua como uma rede de políticas, ideologias, valores e racionalidades que trabalha a favor da reprodução do capital e do poder hegemônico, nesse contexto o planejamento tecnológico utiliza o discurso de inclusão e de melhoria na vida urbana como dispositivo para legitimar os modelos dominantes vigentes. Por outro lado, existem formas de apropriação social da tecnologia para práticas insurgentes. Pensar em planejamento insurgente significa pensar numa abordagem que surge de resistências e lutas sociais, pautas que vem de encontro ao estabelecido, por isso contra hegemônicas e que podem nos ajudar a pensar meios alternativos de produção urbana, inclusive através da tecnologia.

Muitas são as acepções que podem ser associadas ao planejamento urbano insurgente, como por exemplo planejamento autônomo, radical e conflitual. John Friedmann (1987) aponta o planejamento radical como uma prática política contestatória que conta com um planejador no lugar do assessor técnico, deslocando o protagonismo do processo de planejamento do planejador profissional para a comunidade dirigente do processo de transformação. Para Tanaka (2019) “o planejamento radical se apresenta como uma concepção teórica mais ampla, que abarca variadas possibilidades de planejamento enquanto prática para a transformação social”.

Sandercock (1998) elabora a ideia de planejamento para além da agência do planejador profissional expandindo o conceito para as experiências de base comunitária, ligadas a outras tradições epistemológicas invisibilizadas pelo pensamento hegemônico do campo. Isso inclui tradições de auto-ajuda, solidariedade e organização comunitária que direcionam o desenvolvimento econômico e social, aquilo que a autora chama de contra-planejamento, conceito essencial para entender a força e a influência das lutas urbanas nos processos de transformação do urbano no passado, presente e futuro. Complementar e fundamental para este trabalho é a teoria de Miraftab (2009), que dialoga com os conceitos anteriores ao definir que planejamento insurgente é uma vertente do planejamento radical num contexto e momento histórico protagonizado por táticas neoliberais de participação, que servem para retroalimentar táticas de domínio e exclusão. Tal perspectiva reposiciona, epistemologicamente, o campo do planejamento reforçando a necessidade de considerarmos práticas de base em movimentos populares do sul global como atuantes na produção do urbano. Um ponto de vista decolonial que considera lutas e resistências por direitos urbanos básicos, antes marginalizadas, como ferramentas legítimas de planejamento contra-hegemônico, capazes de desestabilizar as lógicas que contribuem para a reprodução de desigualdades socioespaciais, no contexto neoliberal contemporâneo.

Um avanço importante da fundamentação teórica construída por Mirafteb é a compreensão da insuficiência das ferramentas atuais de participação social, subsidiadas em conceitos como “planejamento advocatício” e “planejamento participativo”, entre outros. Inicialmente consideradas como principal ferramenta de empoderamento de classes populares em lutas pelo direito à cidade que, segundo a autora, são frequentemente capturadas e utilizadas como tática de legitimação das práticas de dominação hegemônica, corroborando para a reprodução de desigualdades. Faria-se, portanto, necessário identificar táticas complementares para que seja possível desafiar o status quo. Por isso, apesar dos espaços formais em canais governamentais serem fundamentais para a luta jurídica por direitos constitucionais (espaços convidados), passa a ser necessária a criação de espaços alternativos de exercício efetivo e real da cidadania naqueles que a autora chama de espaços inventados (deslegitimados e muitas vezes criminalizados) para a constituição da ação de planejamento insurgente. Nesse sentido, acreditamos que a tecnologia possa se tornar um dispositivo importante para a criação e ampliação de espaços de insurreição e insurgência.

Mirafteb (2009) aponta os princípios orientadores das práticas de planejamento insurgente. Primeiro, trata-se de um planejamento transgressivo no tempo - por resgatar uma historiografia apagada que reinventa e fortalece outro modo de enxergar a realidade, centrada numa determinada comunidade que reivindica outra forma de planejamento -, no espaço - por superar as fronteiras territoriais da ameaça, construindo articulações interescares - e na ação - por agir ao mesmo tempo em espaços convidados e inventados. O segundo é a ideia de que o planejamento insurgente é necessariamente contra-hegemônico, portanto utilizado para desestabilizar relações de dominação normalizadas, inserindo-se em brechas que possibilitam inclusão e redistribuição. O último princípio aponta para o idealismo como uma alternativa de reconstrução simbólica da ação cidadã oferecendo alternativas para uma sociedade mais justa. Tais princípios orientadores constituem o modelo de análise que no ponto a seguir orientarão o enquadramento do movimento da Pedra de Xangô como um movimento insurgente e nos possibilita compreender como o uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) são capazes de desafiar, renovar, incrementar o conceito

3. Pedra de Xangô, sítio natural sagrado afro-brasileiro

Já que se trata de caminhos, temos que convidar Exu a nos orientar, ou nos desorientar, ardiloso que é, entre vários caminhos, que sempre se cruzam. Exú esperto, sabendo que os caminhos são longos, tortuosos, perigosos, deixa essa tarefa para Maria Alice, que nos desvela o fato de que a pedra teve força suficiente para mudar o curso da construção de uma via arterial, que cruza o miolo da cidade do Salvador. A pedra teve ímpeto para mudar o rumo da Avenida Assis Valente, edificada pelo poder estadual. A pedra convocou até entidades do Orum para convencer o governador do Estado da Bahia, a mudar o rumo da estrada de asfalto e concreto [...] (VELAME, 2019)

A Pedra de Xangô é um sítio natural sagrado afro-brasileiro, cuja defesa e preservação se torna uma questão de relevância social, ambiental, racial, religiosa e histórica. Primeiro, a Pedra possui uma relevância geológica, tratando-se de uma formação geológica de bilhões de anos, localizada na região central da cidade de Salvador-Bahia, no limite Sul da APA (área de Proteção Ambiental) Estadual Joanes-Ipitanga – na sub-bacia hidrográfica do Ribeirão – Itapuã-Mirim – (afluente do Ipitanga), mais precisamente na Avenida Vale do Assis Valente – principal logradouro que conecta Cajazeiras X, Fazenda Grande I, Fazenda Grande II, Boca da Mata e Avenida Aliomar Baleeiro (SILVA, 2019), assim como indicado na figura 2. Além disso, a Pedra possui um importante valor religioso e ambiental.

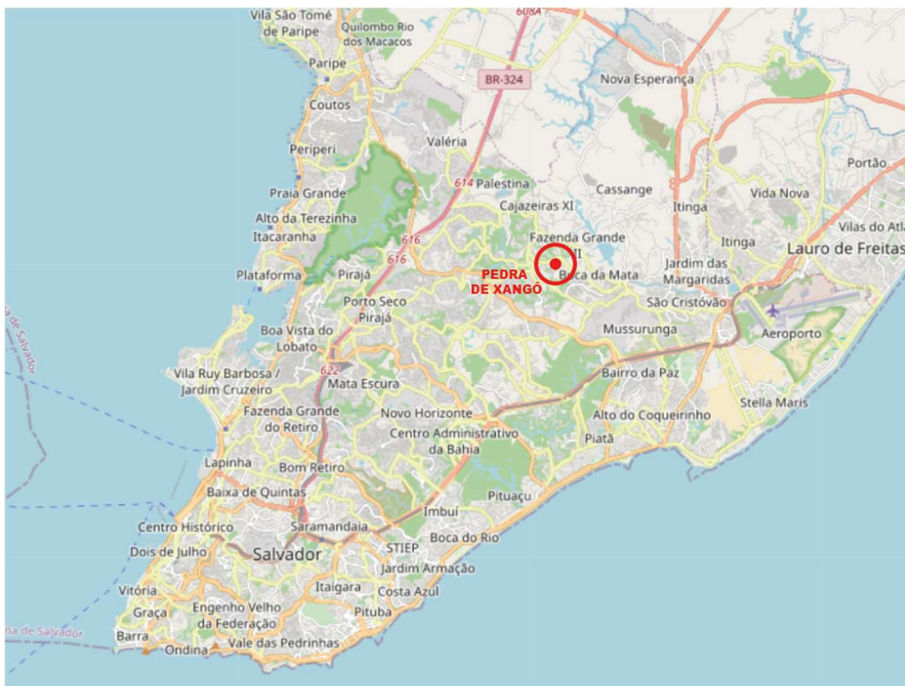


Figura 1. Mapa de localização da Pedra de Xangô em Salvador (fonte: Open Street Map, 2022. Adaptado pelos autores).

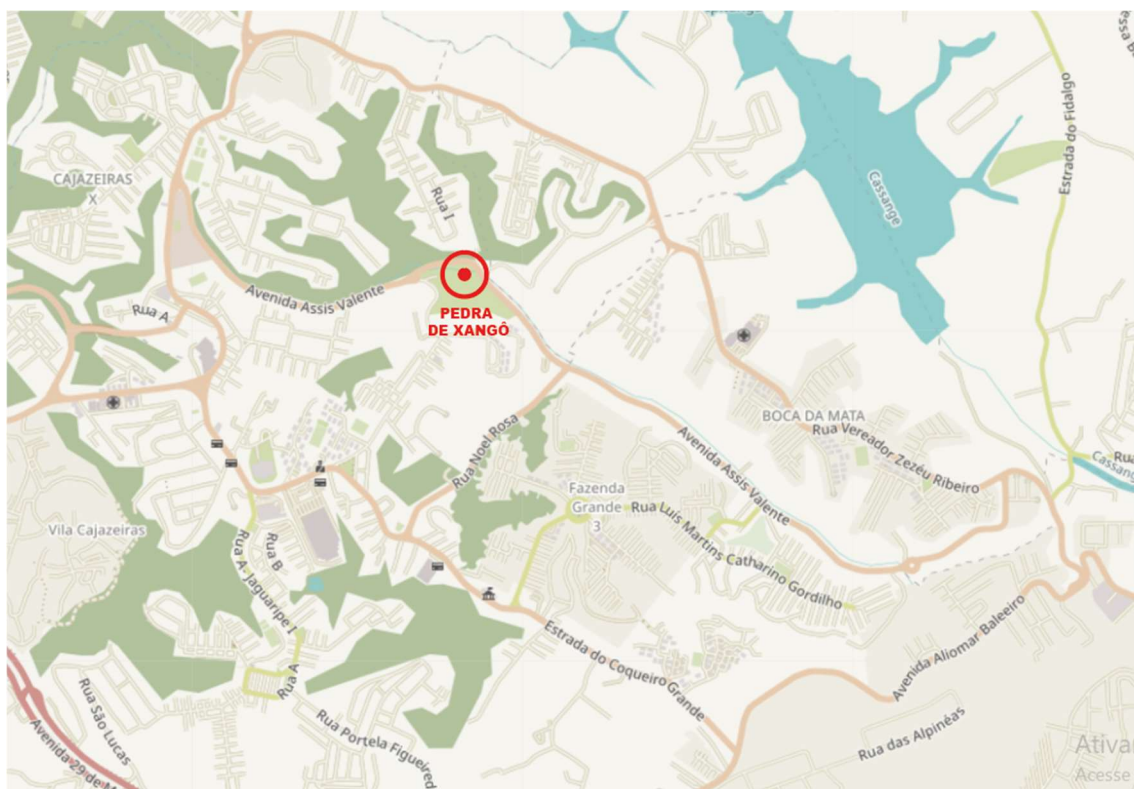


Figura 2. Mapa de localização da Pedra de Xangô na região (fonte: Open Street Map, 2022. Adaptado pelos autores).

Considerada morada dos Orixás Voduns, Inquices, Caboclos e Encantados, a Pedra de Xangô está situada em área de remanescentes do bioma Mata Atlântica, área de remanescentes de quilombos e de antigo sítio de aldeamento indígena Tupinambá. Existem registros de resistência negra em torno da Pedra de Xangô da época dos primeiros quilombos que se localizaram nos limites da cidade. Por isso, a Pedra, além de ser conhecida como Pedra de Nzazi, Pedra de Sogbo, Pedra da Onça, Pedra da Godia, é também chamada Pedra do Quilombo do Buraco do Tatu e

Pedra do Quilombo do Urubu. Segundo Souza (2016), a formação rochosa é o marco simbólico do acesso do Quilombo do Urubu, o quilombo abrigava escravos guerreiros, destacando-se a importante líder guerreira Zeferina, e garantiu apoio estratégico à diversas insurreições na cidade de Salvador em articulação com quilombos vizinhos. Outras fontes atribuem relação com o Quilombo Buraco de Tatu, que é indicado frequentemente neste texto por ser a referência apresentada no texto do Plano Diretor da Cidade de Salvador (PDDU, 2016) e no tombamento municipal (SALVADOR, 2016 e 2017). Silva (2019) informa que a disputa de narrativa, no que tange às nomenclaturas, deve-se aos fatos de que os quilombos eram unidades móveis, sem perímetros definidos e de que o território onde está localizado a Pedra de Xangô era um núcleo cercado de várias fazendas e quilombos (PEDREIRA, 1973).

Apesar de sua importância histórica e cultural, o monumento sagrado tornou-se popularmente conhecido só no ano de 2005, quando o governo do Estado da Bahia, através do projeto Sanear que tinha como objetivo solucionar problemas de saneamento básico na região, construiu a Avenida Vale do Assis Valente um corredor viário para acesso às lagoas de estabilização¹. A pedra, que vivia completamente rodeada de matas em local de difícil acesso, quase foi implodida, sendo salva pela ação de resistência da comunidade. A partir desse fato dramático teve início um processo de luta pelo reconhecimento e proteção do sítio natural sagrado afro-brasileiro (SILVA, 2019).

A situação de conflito é reportada na dissertação intitulada “Pedra de Xangô: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador” (SILVA, 2017, p.74), a partir da fala de Cleide Cristina de Oliveira Avelino, moradora da região e líder comunitária:

Eu tive um sonho com os orixás, em que ouvi: “desça para ver a pedra”. A obra do programa Sanear havia começado. Quando tocava a sirene era um estouro, as pedras iam sendo detonadas diariamente. Desci para ver o que estava acontecendo. Entrei em contato com o engenheiro da obra. Ele me disse: “eu vou dinamitar esta pedra porque está atrapalhando a poligonal da estrada”. Respondi: “Quem atrapalha é você que está atrapalhando o meio ambiente”. Obriguei ele a passar um rádio para a CONDER e o diretor o mandou interromper a operação. Entrei em contato com o povo do santo Mãe Luciane, Leonel Monteiro, Sr. Ubiratan eles vieram socorrer a pedra. (CLEIDE AVELINO)

Apesar da forte mobilização de moradores, povo de santo e representantes do Estado ter impedido, pelo menos, a implosão do rochedo, a pista da Avenida Assis Valente foi construída a menos de 5 metros do monumento, assim como mostrado na figura 3. Isso resultou na descaracterização do sítio, incluindo o comprometimento de nascentes e da presença de água nas proximidades da rocha, algo de alta relevância para os cultos sagrados da religião de matriz africana (SOUZA, 2016).



Figura 3. Pedra de Xangô vista a partir do antigo traçado da Avenida Assis Valente (foto: acervo dos autores).

Em 2009 aconteceu o primeiro ato político e religioso com a finalidade de mobilizar a sociedade soteropolitana e adeptos das religiões de matriz afro-brasileiras na defesa e salvaguarda da Pedra de Xangô. Sacerdotisas e sacerdotes de doze terreiros localizados em Cajazeiras e adjacênciasⁱⁱ reuniram-se e deram início ao movimento que se tornou um marco na luta pelo tombamento da Pedra Sagrada a manifestação cultural “Caminhada da Pedra de Xangô”. A partir desta iniciativa, outras manifestações culturais e rituais afro-religiosos passaram a ocorrer no entorno da Pedra de Xangô, caracterizando um processo de mobilização e de resistência urbana.

Instaurou-se uma dinâmica de profundo conflito urbano de cunho político, religioso, ambiental e social. Desde a abertura da Avenida Assis Valente, diversos atos de intolerância religiosa e de ameaça ao sítio natural sagrado o, aconteceram, desde pichações, desmatamentos, incêndios criminosos e ocupações irregulares (SALVADOR, 2018). Em 2014, por exemplo, ocorreu o lançamento de 200 kg de sal sobre a Pedra de Xangô, que gerou como reação imediata a realização do Ato de desagravo do Povo de Santo que teve repercussão nacional e contou com a presença da imprensa e representantes da sociedade civil, dos poderes públicos municipais e estaduais. A mobilização em defesa da Pedra estava, portanto, conseguindo certa visibilidade, necessária para alertar a sociedade e o poder público da importância do sítio e da vontade popular de preservá-lo.



Figura 4. Foto da 10ª Caminhada da Pedra de Xangô (foto: Marina Silva/CORREIOⁱⁱⁱ)



Figura 5. Foto de pichações em ataque à Pedra de Xangô (foto: Marina Silva/CORREIO^{iv})

Como parte da tática de resistência, nos anos seguintes, o movimento fortaleceu a relação entre o poder público, sociedade civil e academia, cuja articulação teve como resultados: i) a criação da Área de Proteção Ambiental Vale do Assis Valente; ii) a inclusão do Parque Pedra de Xangô no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da cidade (PDDU, 2016); iii) o tombamento da Pedra de Xangô, enquanto patrimônio cultural (2017); iv) o reconhecimento enquanto patrimônio geológico de relevância nacional (2018); v) a construção do equipamento urbano Parque Pedra de Xangô (2022).

Inaugurado em 04 maio de 2022, depois de uma ampla mobilização coletiva, o Parque Pedra de Xangô consegue implantar pautas prioritárias da comunidade, a exemplo da recomposição do espelho d'água em torno da pedra sagrada e o desvio da Avenida Assis Valente (figura 7). A elaboração e execução do projeto e o desdobramento dos conflitos que culminaram nesta

resolução resultam por si só em um outro capítulo dessa história de luta coletiva, em rede pela proteção do sítio natural sagrado afro-brasileiro.



Figura 6. Inauguração do Parque Pedra de Xangô. Foto: Valter Pontes/Secom^v



Figura 7. Foto do parque consolidado mostrando situação após o desvio da avenida e a recomposição do espelho d'água (foto: Mestre Jegue^{vi})

Esta breve periodização mostra nuances da fluidez do movimento em defesa da Pedra de Xangô entre espaços institucionais e espaços informais, combinando aspectos da luta que viabilizaram e a implantação de políticas públicas de salvaguarda do patrimônio cultural, ambiental e geológico. A partir de 2005 o sítio natural sagrado ganha visibilidade, suas funções tradicionais dentro da cosmopercepção^{vii} da religião de matriz afro-brasileira passa a sofrer ameaças cotidianas, que emergem de uma atuação racista advinda do próprio Estado e de outros segmentos e da predominância de uma racionalidade técnica de planejamento. Desde então, o espaço esteve em disputa, tratando-se antes de tudo de uma luta contra o racismo estrutural, sistêmico, religioso e

ambiental, a favor do direito à cidade e de um planejamento urbano mais participativo. A abertura da via abriu uma ferida nos corações do Povo de Terreiro, violando o direito à realização dos rituais sagrados e negando o direito de participação da comunidade no processo decisório. Isso provocou uma reação e, graças a uma agência transgressora, a comunidade conseguiu recuperar uma historiografia hegemonicamente negada, mobilizar uma ação que atravessou a cidade de Salvador e o mundo, atuando dentro e fora do Estado, ao mesmo tempo, se aproveitando estrategicamente das possibilidades de cada espaço.

3.1. Tecnologia e insurgência na experiência da Pedra de Xangô

Era o ano de 2005, naquela época, não existia o aplicativo WhatsApp que fora lançado no mundo e chegou ao Brasil em 2009. Mas, existiam as comunicações orais, uma forma de resistência, criada pelos negros/as africanos/as trazidos à força para o Brasil para serem escravizados/as, onde através da famosa prática do boca a boca a notícia chegava muito longe.

Segundo a pesquisadora Maria Alice Pereira da Silva, por volta de 2014 o uso do aplicativo WhatsApp por integrantes dos movimentos em defesa da Pedra de Xangô se popularizou, tornando-se uma das principais ferramentas de comunicação, articulação e divulgação da causa. A plataforma atuou como facilitadora no processo de comunicação e aproximação entre sociedade, academia e poder público, tendo contribuído para o seu reconhecimento. Instaura-se, portanto, uma nova estratégia comunicacional que articula, mas também aproxima certos grupos e agentes à causa de defesa da Pedra de Xangô.

Enquanto o Whatsapp se destacou como dispositivo de organização e articulação política, a criação do perfil do Instagram, @pedra.de.xango e do site www.pedradexango.com.br, em 2018, foram funcionais para enfrentar o racismo estrutural e sistêmico, o racismo ambiental, o racismo religioso, o apagamento e invisibilidade de suas práticas e rituais no espaço urbano. Tornaram-se canais importantes de diálogo entre a academia, sociedade civil, comunidades de terreiros, poderes públicos instituídos e organizações internacionais em defesa do monumento sagrado Pedra de Xangô. Nestes canais são publicadas poesias, músicas, histórias, filmes e artigos que valorizam a importância da preservação do patrimônio cultural-religioso, como também são expostos abaixo-assinados e denúncias. Além disso, qualificou o debate de implantação do mobiliário urbano do Parque Pedra de Xangô como apoiou a visibilização do seu processo de edificação em 2018. Nesse processo, tornou-se um espaço de circulação de convocação de audiências públicas, reuniões e eventos.

Com mais de 14.600 seguidores e 2865 publicações, o perfil é um dos maiores perfis de parques e unidades de conservação do estado da Bahia. A tecnologia tornou-se um pilar da tática de resistência implementada em defesa da Pedra, impulsionando e fortalecendo dinâmicas de planejamento insurgente. Podemos comprovar a importância das ações realizadas em redes através de dois casos emblemáticos. Primeiro, em 23 de dezembro de 2018, aconteceu no entorno da Pedra de Xangô, o primeiro Xirê^{viii} e Ajeum da Pedra de Xangô em agradecimento ao ano que se findava, conforme reportagem da Globo Play^x e do perfil @pedra.de.xangô^x. Seis dias depois, a Pedra de Xangô foi alvo de ataques discriminatórios e racistas. Esse acontecimento provocou uma ampla reação e mobilização do Povo de Terreiro e do ato de desagravo, gerando inúmeras publicações nas redes. Essas publicações pautaram a imprensa local, estadual, nacional e em pequena escala a mídia internacional, revelando o poder que a tecnologia possui de fortalecer a visibilidade e a articulação multiescalar do movimento.

Outro episódio relevante foi o agendamento da inauguração do equipamento de apoio do Parque Pedra de Xangô pelo município de Salvador, definido sem dialogar e negociar com as comunidades de terreiros, o que gerou amplos protestos e reações, inclusive nas redes sociais. Ao compartilhar o vídeo de protesto da liderança religiosa Gayaku Sinay, do Vodun Kwe Tó Zó, esse viralizou e obrigou o prefeito da cidade a atender às demandas do Povo de Terreiro. As palavras da liderança religiosa apresentam a dinâmica do ocorrido:

Boa tarde a todos. Acredito que todos já me conhecem. Eu sou Gayaku Sinay, sacerdotisa responsável pelo terreiro Vodun Kwe Tò Zò. Eu venho aqui manifestar minha indignação por conta da data que foi escolhida para a inauguração do Parque Pedra de Xangô. Nós povo de santo. Todos que tiveram desde o primeiro dia dessa luta para que essa pedra não fosse implodida. Todos até o dia de hoje estamos apostando nesse projeto. Estamos deixando de viver muita coisa para acompanhar esse processo. E agora com sua edificação concluída, muitos de nós não estaremos presente porque não houve diálogo com o povo de terreiro em questão da data da inauguração. Sugerimos, por diversas vezes, aos órgãos competentes que deixassem a inauguração para o dia 04 de maio, onde todos nós poderíamos está juntos para comemorar essa conquista. Mas mesmo assim, não fomos ouvidos. O meu apelo fica aqui ao prefeito Bruno Reis, que reveja, repense, porque pra gente é muito importante está nesse dia. GAYAKU SINAY, 2022^{xi}.

Os fenômenos supracitados são apenas uma pequena amostra da finalidade da pesquisa apresentando uma análise preliminar dos ganhos significativos da articulação popular através de plataformas como Whatsapp e Instagram. As plataformas permitiram que uma nova história do passado e presente fossem contadas, desta vez, segundo a perspectiva dos moradores, narrativas registradas e disseminadas para além da fronteira local e nacional. O debate sobre racismo religioso fortaleceu a Pedra promovendo a união de várias lideranças religiosas de toda a cidade, o debate estava nos holofotes, incentivando uma pressão para a garantia da qualidade da participação e da transparência ao longo do desenvolvimento do projeto. Além disso, todas as articulações e movimentos a exemplo do Ato de desagravo do Povo de Santo que foi organizado em 4 dias, ganharam uma velocidade de articulação que antes não seria possível. Desta forma, o movimento da Pedra do Xangô mostra o uso e apropriação da tecnologia como componente da tática de resistência implementada.

3. Conclusão

Tentamos ao longo desse ensaio compreender de que forma a apropriação social das tecnologias da informação e comunicação reconfigura o planejamento urbano insurgente. Muito tem se falado da apropriação hegemônica da tecnologia para a implementação de modelos urbanos inteligentes, entretanto, a tecnologia está presente hoje em quase todos os espaços da vida cotidiana, através de inúmeros dispositivos tecnológicos embutidos no contexto e infraestrutura urbana. Essa progressiva onipresença espacial da tecnologia nos impõe o desafio de repensar os conceitos e os métodos do campo do planejamento para compreender mais a fundo a influência tecnológica na reconfiguração dos territórios.

A agência tecnológica não só renova as táticas do urbanismo corporativo, como também fornece outros meios de ação política junto aos coletivos, possibilitando novas formas de insurgência. O movimento da primavera árabe, o projeto Cocô zap e Pedra de Xangô são exemplos muito distintos e que apontam modos muito peculiares de apropriação tecnológica, entretanto o que se pode observar em comum, em todos eles, é a possibilidade da tecnologia contribuir compactando tempo e espaço, aproximando comunidades com lutas similares fortalecendo uma rede própria de ação em volta de algo que não mais se limita ao território físico. Aparentemente a tecnologia pode funcionar para aumentar o poder de pressão de uma comunidade, que não precisa mais lutar isoladamente, fortalecendo a formação de redes regionais, nacionais e globais de luta que, através de uma ação transescalar, podem contribuir também para combater hegemonias e formas de opressão locais.

O caso da Pedra de Xangô parece ter muito a ensinar sobre isso e será explorado de forma mais detalhada no futuro, destacando como a luta contra o racismo religioso uniu lideranças do candomblé e outras religiões de matriz africana e contribuiu fundamentalmente enquanto ferramenta de pressão para que os poderes públicos locais atendessem às demandas estabelecidas. Uma luta que deixou de se circunscrever a um território físico e passou a compor uma luta de rede num espaço imaterial, atravessando uma série de localidades e movimentos que compartilham dos mesmos interesses políticos. Historiografias insurgentes e toda uma luta decolonial ganham força frente a possibilidade de conectar apagamentos análogos, o tempo de

organização se acelera possibilitando reações antes inconcebíveis e o espaço físico deixa de ser uma barreira para a conexão entre forças que, isoladas, teriam mais dificuldades em enfrentar hegemonias locais. A Pedra de Xangô é um exemplo de como transgressões, contra-hegemonia e utopia de justiça social podem ser potencializadas colocando o cidadão no centro do processo de planejamento. Evidentemente que a renovação das táticas do mercado também está acontecendo e grandes corporações têm ganhado poderes surreais com o uso de tecnologias.

A lógica do capital altamente globalizado, fluido, tem potencializado interesses financeiros sobre qualquer outro setor da sociedade, os grandes agentes financeiros como a Uber, Google, Airbnb parecem inimigos infalíveis quando disputam espaço com poderes públicos locais. Nesse contexto crítico, de novas oligarquias transnacionais de forte impacto territorial, torna-se ainda mais necessário compreender como lutas contra-hegemônicas podem também se associar e criar gigantes tão poderosos quanto as grandes corporações. Seria esse o caminho para combater as grandes plataformas? Por fim, há ainda muito o que se aprender sobre as influências tecnológicas, acreditamos que observar tais ações em movimento e compreender melhor a implicação do conceito de sociotécnico no espaço urbano, pode nos ajudar a fortalecer outras ações coletivas. Por enquanto, as oligarquias locais vão aos poucos se curvando às lutas com atravessamentos transterritoriais e fortalecimento das práticas insurgentes.

4. Referências

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. **Quilombolas: tradições e culturas da resistência**. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

BIJKER, W. E. **STS for democracy** – understanding technological culture and rethinking democracy through a constructivist view on science, technology and society. In: TURANLI, A.; AYDINOGLU, A.U.; SAHINOL, M. (org.) **Türkiye’de STS: Bilim ve Teknoloji Çalışmalarına Giriş**. İstanbul: İstanbul Teknik Üniversitesi, 2020.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Cartilha de cidade**. Brasília: BNDES/Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, 2018. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/db27849e-dd37-4fbd-9046-6fda14b53ad0/produto-13-cartilha-das-cidades-publicada.pdf?>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BOUSKELA, M. et al. **Caminho para as smart cities**: Da gestão tradicional para a cidade inteligente. Monografia del BID (Inter-American Development Bank), 2016. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Caminho-para-as-smart-cities-Da-gest%C3%A3o-tradicional-para-a-cidade-inteligente.pdf>.

CHOURABI, H et al. (2012). **Understanding smart cities**: an integrative framework. Hawaii International Conference On System Sciences, 45, Hawaii. Proceedings... Washington: IEEE, 2289-2297.

DAGNINO, R. (2002). **Enfoques sobre a relação ciência, tecnologia e sociedade**: neutralidade e determinismo. DataGramaZero, Revista de Ciências da Informação, v. 3, n. 6.

ETCHEVARNE, Carlos. **Parecer sobre o potencial arqueológico do local denominado Pedra de Xangô. No bairro de Cajazeiras X, Salvador**. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFBA, Laboratório de Arqueologia, 2016

FEENBERG, A. Teoria crítica da tecnologia. Piracicaba: Unimep, 2004.

FERNANDES, Ana. 2013. Decifra-me ou te devoro: Urbanismo corporativo, cidade-fragmento e dilemas da prática do Urbanismo no Brasil, In: GONZALES, Suely F. N., FRANCISCONI, Jorge Guilherme e PAVIANI, Aldo. Planejamento e Urbanismo na atualidade brasileira: objeto teoria prática. São Paulo; Rio e Janeiro: Livre Expressão, 2013.

HARVEY, D. (2018). **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo.

HOLLANDS, R. G. (2008). **Will the real smart city please stand up?** Intelligent, progressive or entrepreneurial? City. [S.l.], v. 12, n. 3, pp. 303-320.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

KITCHIN, R.; DODGE, M. (2011). **Code/space: Software and everyday life**. Cambridge, MIT Press.

KRAUS, L. (2022). **Contra o fetiche tecnológico: repensar o planejar no contexto das cidades inteligentes**. CTS em debate: construindo uma agenda brasileira. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, pp. 91-96.

KRIVÝ, Maroš. Towards a critique of cybernetic urbanism: The smart city and the society of control. **Planning Theory**, 2018, Vol. 17(1) 8–30.

MIRAFITAB, Faranak. Insurgent planning: situating radical planning in the global South. In: **Planning Theory**, February, vol. 8, 2009. (pp. 32-50).

OLIVEIRA, F.L.P.; KRAUS, L.; COSTA, A.; LUFT, R. (2022). **Metrics for smart Rio: a pilot initiative towards a national plan**. In: ALBERT, S.; PANDEY, M. (orgs.). *Performance metrics for sustainable cities*. London; New York: Routledge.

PASSOS, Walter de Oliveira. **Bahia: terra de quilombos**. Salvador, 1996.

PEDREIRA, Tomás Pedro. **Os quilombos brasileiros. Prefeitura Municipal de Salvador, Departamento de Cultura da SMEC**. Salvador: Editora Mensageiro da Fé Ltda, 1973.

SALVADOR. Prefeitura Municipal de Salvador. Fundação Mario Leal Ferreira. Diagnóstico sociocultural ambiental do Parque em Rede Pedra de Xangô. 2018.

_____. Lei nº 9609, de 01 de jul. de 2016. **Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências**. . Diário Oficial do Município. Poder Legislativo, Salvador, BA. Disponível em:

<<http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/LEI-n.-9.069-PDDU-2016.pdf>>.

Acesso em: 01 jan. 2017.

_____. Decreto nº28.434, de 05 de maio de 2017. Ano XXX – 6835, publicado 06 a 09 de maio de 2017, p.2. **Aprova os Tombamentos do Movimento Afro Religioso, conhecido por Pedra Sagrada do Antigo Quilombo do Buraco do Tatu, “Pedra de Xangô”, e também da área considerada de Remanescente de Antigo Quilombo, bens culturais situados na Fazenda Grande II e Cajazeiras**. Diário Oficial do Município. Poder Legislativo, Salvador, BA.

_____. Lei nº 9.069 de 2016 - **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador– PDDU**.

SANDERCOCK, Leonie. **Introduction: Framing Insurgent Historiographies for Planning**. In: *Making the Invisible Visible. A Multicultural Planning History*. Los Angeles: University of California Press, 1998.

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. SECULT; e Fundação Gregório de Mattos - FGM. **Pedra de Xangô e área considerada sítio histórico do antigo Buraco do Tatu – outubro – 2016**. Dossiê Processo de Tombamento Municipal nº086/15.Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 2016.

SILVA, Maria Alice Pereira da. **Nas trilhas de Xangô: caminho de volta - tradição**. Seminário internacional acolhendo as línguas africanas, UNEB. Salvador, 22 a 26 set., 2014.

_____ et al. **APA Municipal Assis Valente e Parque em Rede Pedra de Xangô.** Trabalho apresentado à Câmara de Vereadores de Salvador como proposta de Emenda aditiva e modificativa ao artigo 135, inciso XVII do Projeto de Lei nº 396/2015 do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU – 2016. Sugerido a criação na área em estudo da APA Municipal Vale da Avenida Assis Valente e do Parque em Rede Pedra de Xangô.

_____; ROCHA, Regina Célia Santos. **Espaços de matriz africana na cidade de Salvador-Bahia:** a feira dominical do Nordeste de Amaralina e a Pedra de Xangô. In Anais [do] V Congresso Baiano de Pesquisadores Negros; IV Encontro Estadual de Educação e Relações Étnicas; XI Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira; II Seminário do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade. Ba 16 a 20 de novembro de 2015 – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB, Campus de Jequié, pelo ODEERE– Órgão de Educação e Relações Étnicas. Disponível em: www.uesb.br/cbpn. Acesso em: 14.mar.2016.

_____. **Pedra de Xangô: um lugar do sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador.** 2017. 405 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24875> > . Acesso em: 20 maio 2018

_____ et al. **Pedra de Xangô: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador.** Recife: Linceu, 2019.

SÖDERSTRÖM O, Paasche T and Klauser F (2014) **Smart cities as corporate storytelling**, City: Analysis of Urban Trends. Culture, Theory, Policy, Action 18(3): 307–320.

SOUZA, Luiz Antonio de. **Parecer referente ao processo nº086/2015 - PR – FGM – Fundação Gregório de Mattos, relativo ao Tombamento Municipal da Pedra de Xangô e Área Considerada Sítio Histórico do Antigo Quilombo do Urubu.** Relator: Luiz Antônio de Souza. Membro do Conselho Consultivo de Patrimônio da FGM – representante da UNEB - Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 22 de novembro de 2016, p.1- 9.

TANAKA, Giselle M. M. **“Planejar para lutar e lutar para planejar”:** possibilidades e limites do planejamento alternativo. Tese doutorado. IPPUR/UFRJ: Rio de Janeiro, 2016.

_____; OLIVEIRA, Fabricio L.; COLI, Luis Régis. Planejamento autônomo e ação política na produção da cidade: movimentos, mobilizações e direito à cidade no Brasil contemporâneo. In: Cibele Saliba RIZEK; Lindijane ALMEIDA (Organizadoras). **Movimentos sociais na cidade e no campo: olhares e questões contemporâneas** (pp. 91-122). São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2022.

VAINER, Carlos. **Pátria, empresa e mercadoria.** Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otilia; MARICATO, Erminia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Vozes, Petrópolis; 1ª edição, 2000.

VANOLO, A. **Smartmentality: The smart city as disciplinary strategy.** Urban Studies, 51 (5): 883-898, 2014.

VELAME, Fábio Macêdo. **Prefácio I. In: Pedra de Xangô: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador.** Recife: Linceu, 2019.

ⁱ Lagoas de estabilização são locais para tratamento de efluentes.

ⁱⁱ A Associação dos Terreiros de Candomblé de Águas Claras, Cajazeiras e Adjacências Pássaros das Águas contava com a participação de Mãe Zil - terreiro Angola-Congo Tigongo Muende; Mãe Iara de Oxum - Ilê Axé Tomim Kiosisé Ayo; Mãe Branca de Xangô - Ilê Axé Obá Baba Serê; Mãe Diala - Ilê Asé Babá Ulufan Alá; Mãe Cassutê de Oxalá - Unzó Katulandê de Unzambe; Mãe Alda Fernandes - Ilê Axé Ogô Ogum; Mãe Jó - Ilê Axé Ogunjá – Pai Waldo – Ilê

Axé Tayodê Onin Ofá; Mãe Rita de Ogum - Ilê Axé Fará Megê; Pai Gildásio - Terreiro Aribiquara Unzo de Zanbe; Mãe Nozinha – terreiro Delewi; Mãe Gildete - Ilê Axé Oyá Toujinam e o professor Malaquias e co-fundadores.

iii Disponível em < <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/apos-ataques-duas-mil-pessoas-participam-da-10a-caminhada-da-pedra-de-xango/> >. Acesso em 21 de dez. de 2022.

iv Disponível em < <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/apos-ataques-duas-mil-pessoas-participam-da-10a-caminhada-da-pedra-de-xango/> >. Acesso em 21 de dez. de 2022.

v Disponível em < <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/conheca-o-parque-pedra-de-xango-primeiro-no-brasil-com-nome-de-orixa> > Acesso em 21 de dez. de 2022.

vi Disponível em < <https://www.instagram.com/p/Ci8lvACphiq/> > Acesso em 21 de dez. de 2022.

vii O termo “cosmopercepção” é uma maneira mais inclusiva de descrever a concepção de mundo por diferentes grupos culturais

viii Xirê:”é uma palavra de origem iorubá que significa roda ou dança. Nos rituais de Candomblé onde o xirê é realizado, os orixás dançam juntos e em sentido anti-horário”.(VAZ; RAMOS, 2021, p.20).

ix Disponível em < <https://globoplay.globo.com/v/7253435/programa/> > Acesso em 21 de dez. de 2022.

x Disponível em < <https://www.instagram.com/p/BrxmMveBQAN/?igshid=MDJmNzVkMjY=> > Acesso em 21 de dez. de 2022.

xi Disponível em < <https://www.instagram.com/reel/CcyOkUKDmCJ/?igshid=YmMyMTA2M2Y> > Acesso em 21 de dez. de 2022.